



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária Remota (Virtual) da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte de outubro de dois mil e vinte, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara, virtualmente, conforme Portaria nº 88, de 05 de outubro de 2020, que “Restabelece a Portaria nº 22, de 19/03/2020, que suspendeu as atividades da Câmara Municipal de Nova Lima como prevenção ao contágio pelo novo coronavírus – covid-19, e a Portaria nº 51, de 17/04/2020, que estabeleceu diretrizes para a realização de sessão plenária remota (virtual), revoga a Portaria nº 87, de 05/10/2020 e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Logo após, comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias Virtuais dos dias seis e treze de outubro de dois mil e vinte foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por seis votos. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu queria pedir ao senhor, eu pedi ao vereador Boi hoje que assinasse...”. Senhor Presidente: “já assinou”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele assinou e o senhor conseguiu colocar na pauta?”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, solicita aos pares para que seja colocado esse projeto seu então”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu gostaria de pedir aos vereadores, semana passada nós não tivemos reunião, a gente tem um projeto dando denominação em uma rua em Honório Bicalho e o Boi ainda não tinha feito a



assinatura do parecer, eu sou o presidente da Comissão de Legislação e Justiça, porém, como sou presidente da comissão e o projeto é de minha autoria, me substituíram pelo Boi e ele, por algum motivo, não conseguiu dar o parecer e a população está muito incomodada, querendo que a gente faça a votação do projeto. Então, eu gostaria de solicitar aos vereadores que a gente pudesse colocar esse projeto em pauta hoje”.

Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Silvânio Aguiar para que coloquemos em pauta o Projeto de Lei nº 1.975, dá denominação à via pública que menciona, além de outras providências. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a Assessoria foi buscar o projeto porque ele não está aqui. Então, na verdade, tem que buscar para entrar em pauta”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “de repente, coloca mais no final, vereador”. Senhor Presidente: “Secretário, vai chegar aí para o senhor”.

Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.977/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Institui o mês Junho Vermelho, dedicado à realização de campanha de incentivo à doação de sangue, no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.978/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Dispõe sobre a autorização para veículos do Transporte Escolar Urbano, regularmente permissionados, realizarem transporte alternativo durante o período de suspensão das aulas, em razão da pandemia da Covid-19”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão



de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.979/2020, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Altera a denominação da ‘Rua da Paisagem’, do Bairro Vila da Serra, neste município” – Rua Doutor Mário Vrandecic. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, o senhor me permite assinar com o senhor esse projeto?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “por favor. Se todos quiserem assinar é um prazer para a gente”. 4) Projeto de Lei nº 1.980/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera e adequa os limites originais do Monumento Natural Serra da Calçada”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 1.981/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera a Lei Municipal nº 2.092/2009 e concede dilação de prazo à donatária para cumprimento dos encargos”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, peço vista desse projeto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “deixe-me ler primeiro”. Senhor Presidente: “ele está só entrando, vereador Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “então deixa. Falou”. Após leitura, o projeto foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 6) Projeto de Lei nº 1.982/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 2.764, de 31 de janeiro de 2020, autorizando o Poder Executivo Municipal a majorar o valor do repasse, a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios financeiros, no exercício de 2020, à entidade beneficiária que discrimina, além de dar outras providências”. Após leitura, vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Boa noite, colegas vereadores, público que nos assiste pela rede social.



Senhor Presidente, é só para... Essa Casa nunca se furtou em auxiliar a Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes e eu acho que, nesses três anos e meio, acho não, tenho certeza que nesses três anos e meio que estamos aqui, a gente, graças a Deus, não teve problemas em relação a questionamentos da grande maioria da população em relação à qualidade da prestação de serviços daquela instituição, do nosso hospital, cem por cento SUS. Por que eu fiz essa introdução? Esse ano é um ano atípico, a mensagem, por si só, que foi encaminhada pelo prefeito municipal, tem duas laudas mais o ofício ainda da Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes, com mais três ou quatro laudas. E o projeto de lei, efetivamente, é só da suplementação, da subvenção, uma lauda só. Cabe ressaltar que, em decorrência da pandemia, foi solicitada pela prefeitura municipal a abertura de mais seis leitos extras de CTI, oito leitos de clínica médica, tudo isso para atender as pessoas em decorrência da pandemia nos meses de maio, junho e julho. Os preços que são pagos para cada diária desses leitos, em média, mil e seiscentos reais a diária, que é o preço estabelecido pelo SUS a nível federal. Por que eu fiz essa introdução toda? Se todos nós prestamos bem atenção em relação à mensagem, o recurso que tem hoje no hospital foi utilizado, a subvenção foi utilizada para atender aos nova-limenses que contraíram Covid, que ficaram internados em CTI, que foram internados nos leitos de clínica médica, para insumos, enfim, foram utilizados para o momento emergencial e corretos. Hoje a fundação precisa dos recursos extras para poder fechar o ano e, como na mensagem, dia trinta e um de outubro só vai restar em caixa trinta mil reais, ou seja, trinta e um de outubro, a gente está no dia vinte de



outubro, nós temos onze dias. Então, não vão restar mais recursos para custeio, tanto de funcionários, insumos, exames, enfim. Por que eu fiz essa introdução toda? Porque a gente aqui na Casa, eu sei e respeito a todos os vereadores, eu quero é consultá-los, tentar sensibilizá-los e se o senhor puder colocar essa consulta para eles, é que a gente possa dispensar os pareceres e interstícios e votar essa matéria ainda no dia de hoje, em decorrência que todos nós aqui estamos em campanha, na semana passada, por questões de compromissos já agendados, a gente não teve a reunião, eu fico apreensivo e acho que essa apreensão é dessa Casa é se, por ventura, por algum motivo específico, na semana que vem não ocorrer essa reunião, o hospital já não tem mais recursos para pagar os seus funcionários e realizar as suas atividades. Então, eu queria que os vereadores também se sensibilizassem, nós todos, como a gente sempre fez em prol do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, para que a gente pudesse votar essa matéria ainda hoje. É esse o meu pedido, Senhor Presidente. Muito obrigado a todos que aceitarem”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem. Na verdade, esse ofício da prefeitura faltou uma informação. Não foram gastos todos esses recursos só com a questão da Covid. Aquela questão que, inclusive no final do ano passado, a Câmara aprovou a suplementação de um repasse para o hospital no valor de um milhão e seiscentos mil para a construção do Centro de Hemodinâmica, até o Dr. João Carlos veio aqui explanar, explicar, aquele orçamento de um milhão e seiscentos, no final das contas, já está em dois milhões e cem mil, ou seja, quinhentos mil a mais para a construção daquele centro. Então, ou seja, esse valor a mais não foi só utilizado para a



Covid, a prefeitura também está usando para construir o Centro de Hemodinâmica. E nós aprovamos aqui, recentemente, um projeto de lei, e esse projeto foi aprovado por unanimidade, onde todos os gastos realizados em relação à Covid deveriam se tornar públicos e eu não vi publicidade de nada até agora. Então, na verdade, como semana que vem nós teremos reunião e tratando de um tema tão importante, eu sugiro que a gente vote esse projeto na terça-feira da semana que vem, para durante essa semana a prefeitura ter condições de publicar tudo e explicar porque um milhão e seiscentos viraram dois milhões e cem mil reais. Ou seja, na semana que vem a gente ainda está dentro do prazo que o hospital nos solicita, que é até o dia trinta e um de outubro”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Não, é só para complementar, para ajudar o vereador Álvaro, é só para ele ver o ofício em anexo da fundação hospitalar, que eles descrevem item por item o que teve de acréscimo, inclusive em relação à Covid, eles encaminharam, tiveram o cuidado. Por isso que eu faço a defesa em relação à Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes, é exatamente por essa transparência. Mesmo, muitas das vezes, faltando por parte da prefeitura, eles tiveram o cuidado de encaminhar e embaixo tem uma tabela. Mas, enfim, eu só gostaria que fosse apreciado pela questão da relevância social do atendimento, ainda a gente está em um período de pandemia, infelizmente nós não temos a vacina e me preocupa muito se, por ventura, esse projeto não for aprovado e o repasse suspenso, que na verdade vai ser exaurido, a prefeitura não vai ter legislação para poder repassar e a gente comprometer o serviço. É só isso, mas eu respeito a



posição, se alguém quiser não concordar. Só gostaria que a gente colocasse isso em avaliação para os demais vereadores porque, na minha concepção, o projeto é extremamente simples. Entendo a preocupação do vereador em relação aos gastos da Covid, é uma discussão que nós temos que ter com a prefeitura municipal que está no descumprimento da Lei, mas a Fundação Hospitalar Nossa Senhora de Lourdes não é culpada em relação a isso”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pela ordem. A tabela que o hospital apresenta não é, na verdade, o que foi gasto, ela apresenta uma tabela com a projeção do que ainda precisa para gastar, são os quatro milhões e trezentos e dois mil. O que eu estou questionando não é o que precisa ser gasto, eu estou questionando porque o que a gente aprovou no final do ano passado, de um milhão e seiscentos, porque isso virou dois milhões e cem mil, entendeu? Então, ou seja, a gente precisa entender isso e conhecer. Ninguém vai ser contra o repasse, a suplementação, ninguém vai ser contra. Agora, a gente votar essa suplementação sem saber o que já gastou, com o que gastou e de que forma gastou, eu acho um pouco temerário e eu faço um apelo para que a gente vote na semana que vem, na terça-feira, todo mundo aqui se comprometendo, isso aqui é muito mais importante do que campanha política e óbvio que todos nós sendo vereadores, a reunião de terça-feira é compromisso primeiro, antes de campanha, então todos têm que estar aqui na terça-feira que vem. Então, se a gente puder votar na semana que vem e durante essa semana a prefeitura... E eu acho até pouco provável, porque ela tem mania de não responder, mas se pudesse apresentar para a gente o que foi gasto, de que forma foi gasto, até para que a



população entenda por que um milhão e seiscentos mil viraram dois milhões e cem”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “você me dá um aparte, vereador?”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “lógico, na verdade, eu acho que eu que te pedi um aparte”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, é só para eu complementar a fala do senhor porque eu também não acredito...”. Senhor Presidente: “Soldado Flávio, deixa o Tiago...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só terminar. Desculpa, vereador Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “você já falou demais, Tiago”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu não acredito exatamente nisso que você colocou. Na verdade, eu concordo com aquilo que o vereador Álvaro colocou. A prefeitura não estava respondendo nada do que a gente estava pedindo, em uma semana, eles não vão responder mesmo para a gente, essas despesas. Então, se a gente colocar isso como um empecilho para suplementar o repasse do hospital, semana que vem também a gente não vai exaurir esse problema. É só isso, só essa colocação”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, para a gente ser justo, eu também não fico muito à vontade para votar em um projeto que acaba de entrar na Casa. A gente podia fazer esse parecer conjunto, uma semana acho que é um prazo justo para a gente ler, para a gente entender, para a gente buscar, para amanhã a gente não ter votado errado e o povo nos cobrar. Então, se o senhor puder colocar esse parecer conjunto, por favor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “tem que colocar em votação”. Senhor Presidente: “eu vou colocar em





votação a solicitação do vereador Tiago Tito. Vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Flávio de Almeida: “concordam com o que?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “espera aí, Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “concordam com o que?”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu quero entender. O senhor está colocando a proposição...”. Senhor Presidente: “o vereador Tiago Tito está solicitando a dispensa”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele pediu dispensa de pareceres, interstícios e que vote hoje, é isso?”. Senhor Presidente: “fazer a votação hoje ainda, isso”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu sou contra, Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “então, tem três contra”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “faz parecer conjunto”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem, o senhor podia fazer como o senhor sempre fez com os outros projetos, quando o vereador não está à vontade para votar, ele está entrando tão rápido e é um valor de quatro milhões, o senhor sempre colocou em parecer conjunto. Eu acho que, nesse momento, a gente tem que ter, pelo menos, a mesma igualdade de antes”. Senhor Presidente: “positivo, vereador Soldado Flávio”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu concordo, sem problemas”. Vereador Flávio de Almeida: “eu acho que isso é até injusto”. Senhor Presidente: “vereadores que concordam com o parecer conjunto do projeto permaneçam como estão. Aprovado, dez votos, parecer conjunto do Projeto de Lei nº 1.982”. 7) Veto



Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.960/2020, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Flávio de Almeida, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover o pagamento mensal dos contratos administrativos de prestação de serviços de transporte que especifica, em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Executivo Municipal face à pandemia de coronavírus (Covid-19) e dá outras providências”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vou ler só uma parte porque o veto é muito grande e até para os senhores entenderem o absurdo que está sendo apresentado. ‘O referido projeto fere a reserva legislativa municipal, vez que qualquer proposição que tenha por objeto normatizar matéria que importe em aumento de despesas ou diminuição de receita tem sua iniciativa integralmente reservada ao Chefe do Poder Executivo’, ou seja, aí ele apresenta o veto. Esse projeto trata sobre autorização legislativa que eu assino, para dar condição de a prefeitura pagar parte do valor referente aos cooperados que sobrevivem disso e que estão sem receber nada desde o início da pandemia. Ou seja, essa despesa a prefeitura já tem, sempre teve; agora ela está alegando que eu estou aumentando despesa ou diminuindo receita, é uma aberração que a prefeitura apresenta para vetar esse projeto. Eu, sinceramente, espero que os vereadores tenham consciência do conteúdo desse veto, já que aprovaram por unanimidade o projeto, para que saibam também se manifestar na hora oportuna da apreciação desse veto sem pé nem cabeça”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também quero manifestar o meu descontentamento com a



razão que a administração expõe sobre o veto. Quero dizer ao vereador Álvaro que esse projeto é nosso; não é, Álvaro? O senhor falou do meu projeto, mas, na verdade, ele é do senhor, do Fausto Niquini, do Silvânio, do Tiago Tito, do Flávio de Almeida. Eu acho que é importante ressaltar isso e, realmente, é um absurdo, não há que se falar em aumento de despesa, até antes pelo contrário...”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio, deixa...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “pode falar”. Senhor Presidente: “Secretário, leia, por favor, aí a gente toma ciência”. Senhor Secretário: “eu já fiz a leitura”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele já fez a leitura”. Senhor Secretário: “eu já fiz a leitura”. Senhor Presidente: “uai, já fez?”. Senhor Secretário: “eu só li parte do veto, o veto é muito grande para ler”. Senhor Presidente: “ah, está ok, positivo”. Vereador Flávio de Almeida: “Fausto está ficando gagá mesmo”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, era só isso mesmo, é só deixar o meu manifesto, eu penso que as pessoas que prestam serviço para o município, nesse momento de dificuldade, precisavam contar com a solidariedade da prefeitura, de nós, vereadores, muito mais do que com a solidariedade, eu acho que isso nem tem a ver com solidariedade, isso tem a ver com respeito às pessoas que prestaram serviço a vida toda para a prefeitura”. Veto encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Carlos de Oliveira, Alessandro Luiz Bonifácio e Ederson Sebastião Pinto, para emissão de parecer.

8) Projeto de Decreto Legislativo nº 386/2020, autoria da Mesa Diretora, que “Aprova as Contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2018”. Encaminhado à



Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.968/2020, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Cria o Fundo Municipal de Fiscalização de Posturas Municipais – FMFPM e o seu Conselho Gestor, vinculados à Secretaria Municipal de Obras, no âmbito do município de Nova Lima, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. É só para consultar. Vereador Álvaro, o senhor faz parte da Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “faço”. Vereador Tiago Almeida Tito: “deixa eu te pedir uma gentileza no âmbito do seu parecer, caso for favorável, e vocês, demais membros, é porque houve um erro material nesse projeto, na verdade, não foi um erro, eu já tinha criado esse projeto, só que a prefeitura mudou o setor de fiscalização de posturas de secretaria, então saiu da Secretaria Municipal de Obras e passou para a Secretaria Municipal de Fazenda. Se você puder só mencionar isso para que já o projeto possa vir com emenda só alterando a quem o fundo é vinculado, por favor, se for possível”.

2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.969/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Institui ações de prevenção sobre a violência contra o idoso como parte das atividades de atenção primária na Saúde da Família desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde da



Prefeitura Municipal de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.970/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Denomina ‘Travessa Luiz Gonzaga Santos’ o logradouro público inominado localizado em Nova Lima, no Bairro Alvorada, em frente ao imóvel de número 371 da Rua Vitória, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.971/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Dispõe sobre o reuso de águas para fins não potáveis nas novas edificações no município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 5) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.972/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Determina a inclusão no currículo do ensino fundamental das escolas municipais do conhecimento básico da Língua Brasileira de Sinais-Libras”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.973/2020, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Institui o Programa de Incentivo à implantação de jardins verticais no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.974/2020, autoria do vereador



Ederson Sebastião Pinto, que “Determina a promoção de campanha de prevenção ao câncer de pele nas creches e escolas públicas municipais”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, tem o meu projeto”. Senhor Presidente: “ah, é”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é o 1.975”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “isso”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente, eu queria falar com o Silvânio. Silvânio, eu assinei o seu projeto, está bem?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim. Vereador, é isso mesmo, eu o agradeço muito. Pelo o que eu percebi, o Presidente colocou-o em pauta e vamos ver o parecer. Obrigado, vereador”. 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.975/2020, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação à via pública que menciona, além de outras providências” - Rua Encontro das Águas. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “tem que me substituir, Presidente”. O Senhor Presidente nomeou o vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo como Presidente da Comissão de Serviços Públicos Municipais em substituição ao autor da proposição. Senhor Presidente: “segunda parte”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. É sobre esse projeto mesmo que você vai ler para discussão e votação”. Senhor Presidente: “mas me deixa ler primeiro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, é só porque ele tem emendas”. Senhor Presidente: “tem duas emendas”. Vereador Tiago



Almeida Tito: “ele tem duas emendas. É só porque esse projeto é tão antigo que eu queria recordar ao vereador Wesley, porque o vereador Wesley é o autor de uma dessas emendas e nós, em discussão aqui em Plenário, o senhor vai recordar, vereador Wesley, que a gente definiu porque estavam muito parecidas as emendas e eu passei a nossa emenda que, inclusive, eu coloquei o nome de todos os vereadores, para a gente condensá-la em uma emenda só. Então, eu passei isso para o gabinete do senhor, com a Michele, e coloquei o nome de todos os vereadores, como a gente tinha acertado”.

Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “então, eu queria só sugerir que...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “senhor vereador, só um minuto. Só um minuto, vereador Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu quero vista no projeto”. Senhor Presidente: “Coxinha, só um minutinho, o vereador está falando ainda”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está ok, eu quero vista”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não tem jeito de você pedir vista, já foram pedidas todas as vistas e adiamentos”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, foram não. Estava em Audiência Pública esse projeto”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é, o Silvânio pediu Audiência Pública”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Audiência Pública. Não, não vem não. Não”. Senhor Presidente: “calma lá, calma lá. Deixe-me ver aqui, só um minutinho”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “continua falando, vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “se eu puder terminar. Você me desculpa, vereador Coxinha, eu



não sei se realmente...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está ok, desculpo, vereador”. Vereador Tiago Almeida Tito: “talvez eu tenha me equivocado, mas já foi solicitada vista nesse projeto, disso eu tenho convicção. E depois o vereador Silvânio realmente solicitou audiência pública”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu retirei o pedido de audiência pública”. Vereador Tiago Almeida Tito: “depois você retirou o pedido, exatamente. Então, é só para lembrar ao vereador Wesley porque, senão, uma emenda vai sobrepor à outra. Já está contemplada na nossa emenda, que a gente fez em conjunto, não é, Wesley?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “vereador, eu vou tirar a minha emenda”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ok”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pode retirar a minha emenda. É porque nós já tínhamos contemplado, sentado todo mundo nessa emenda, pode retirar a minha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, eu quero vista no projeto”. Senhor Presidente: “é sua, do Boi e José Guedes”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eles estão assinando a outra”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “tem pedido de Audiência Pública, Coxinha”. Senhor Presidente: “retirando, não é?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “nós assinamos a outra”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu estou pedindo vista”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “com todo mundo”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu estou pedindo vista”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu estou pedindo vista, Presidente. Não precisa de falar, eu estou pedindo vista do projeto”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, Senhor Presidente, parece que o vereador Coxinha está em dúvida”. Senhor





Presidente: “já foi pedido vista, já foi pedido adiamento de votação do projeto”.

Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não foi, não foi”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não foi”. Vereador Flávio de Almeida: “Presidente, Presidente”. Senhor Presidente: “oh, Diego”. Vereador Flávio de Almeida: “eu posso falar?”. Senhor Presidente: “só um minutinho. Foi ou não foi pedido?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não foi”. Senhor Presidente: “já foi solicitada vista. Se quiser, pode pedir adiamento”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não foi”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pede adiamento então, Coxa”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “então me dá adiamento”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “adiamento de votação”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “então me dá adiamento de votação”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, a minha fala já perdeu o sentido. O Coxinha pediu adiamento de votação”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “isso, Flávio, adiamento. Obrigado, Flávio. Obrigado, Álvaro”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “não, Senhor Presidente, o Coxinha já pediu adiamento de votação, não tem como discutir o projeto mais não”. Senhor Presidente: “a gente faz a primeira votação, eu retiro de pauta e ele vai para a semana que vem”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, não”. Senhor Presidente: “pode ser?”. Vereador Flávio de Almeida: “não tem como, Presidente”. Vereador



Alessandro Luiz Bonifácio: “não, não, não pode”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “exatamente, não mesmo”. Vereador Flávio de Almeida: “ele pediu adiamento de votação”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu quero saber onde eu pego o projeto”. Senhor Presidente: “quem está pedindo adiamento de votação?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu, vereador Alessandro Coxinha”. Vereador Flávio de Almeida: “Coxinha”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu pedi a palavra”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “por que Coxinha está estranho assim?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “onde eu pego o projeto?”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha, o projeto foi adiado a votação”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “onde eu pego o projeto, Senhor Presidente? Na Câmara, amanhã?”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “já pediu, já”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu quero pegar o projeto, eu quero avaliar o projeto”. Senhor Presidente: “Coxinha, já está atendida a sua solicitação de adiamento de votação”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ok”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só pela ordem”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Flávio de Almeida: “porque essa guerra toda, hein?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é, também estou querendo entender”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é, eu não estou entendendo também não”. Vereador Flávio de Almeida: “por que essa guerra toda?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu estou querendo entender também”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor



Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “aí eu já fico preocupado em votar”. Senhor Presidente: “vereador Kim do Gás”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu estou pedindo a palavra tem meia hora”. Senhor Presidente: “chegou à conclusão aí? Vamos, Tiago Tito. Com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “desculpa, eu não sabia que o senhor tinha me dado a palavra. Não, eu não estou entendendo também porque tanto alvoroço, mas vamos lá. Eu só queria entender, de forma regimental, se eu não estou muito confuso, nem ler a emenda, nem nada?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, não, eu já pedi adiamento”. Vereador Flávio de Almeida: “não, não, já foi pedido adiamento. Acabou, gente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Eu estou com a palavra, vereadores”. Vereador Flávio de Almeida: “pois é, mas não tem jeito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “quando os senhores falam, eu respeito, eu fico aqui em silêncio, peço a vocês esse respeito. Eu só estou seguindo exatamente o que vocês estão pedindo, de forma regimental. Eu acho que tem que ser lida a emenda, é a concordância de todos que estão aqui, com exceção de quem quer o adiamento e depois vocês solicitam o adiamento, que inclusive já foi solicitado um adiamento e já foi solicitada uma vista, é isso que eu estou tentando falar, é só para seguir o que é regimental, que vários de vocês exigem. Não sei para quê tanto alvoroço em relação a esse projeto”. Vereador Flávio de Almeida: “eu fiquei preocupado agora”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu quero a palavra”. Senhor Presidente: “terminou, vereador Tiago Tito?”. Vereador Flávio de Almeida: “oh, Fausto”. Senhor Presidente: “com a palavra o



vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “boa noite a todos. Esse projeto rola nessa Casa há vinte anos, mais ou menos. No dia em que o vereador Silvânio Aguiar pediu a Audiência Pública, eu chamei a atenção pelo fato que...”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, só um minutinho. Vereador Álvaro Azevedo, está pedindo adiamento, por favor, faça a leitura do Projeto de Lei nº 1.976/2019, autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a regularização de edificações no município de Nova Lima e dá outras providências”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, deixe-me concluir”. Senhor Presidente: “faça, por favor, a leitura”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu estou com a palavra, Senhor Presidente. Eu estou com a palavra”. Senhor Presidente: “Secretário, por favor, faça a leitura da emenda do projeto”. Senhor Secretário: “Emenda Modificativa e Supressiva. Art.1º. Fica acrescido o inc. XII do parágrafo primeiro do art. 3º do Projeto de Lei nº 1776/2019, bem como alterada a redação do inc. VII e parágrafo terceiro do mesmo artigo que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 3º - inc. VII. Não estejam localizadas em espaços destinados à implantação de projetos de interesse da coletividade; Art.3º - Inc. XII. Não estejam implantadas nos zoneamentos ZOCS-03, ZOR-2B e ZERUR. Art.3º - §1º. Considerar-se-á concluída a edificação que apresentar toda a alvenaria executada e a cobertura completa. Art.2. Fica alterado o caput do art. 7º do Projeto de Lei nº 1776/2019, bem como acrescido o parágrafo segundo ao mesmo artigo que passa a vigorar com a seguinte redação: Art.7º. Poderá ser requerida a regularização de caráter social para as edificações, cuja somatória do valor venal das unidades imobiliárias situadas em lote,



não ultrapasse R\$50.00,00 (cinquenta mil reais), e desde que o proprietário do imóvel seja possuidor de único lote no município, nos seguintes casos: I – Destinada ao uso exclusivamente residencial; II – Ter a área total construída máxima de 70,00m<sup>2</sup> (setenta metros quadrados). §1º. Para as edificações de que trata este artigo serão cobradas somente as taxas aplicáveis relativas à análise e aprovação do respectivo projeto. §2º. A regularização das edificações de que trata este artigo será passível de isenção de multas e das taxas não previstas no parágrafo anterior. Art.3º. Ficam alterados os incisos I e II do caput art.9º do Projeto de Lei nº 1776/2019, bem como do inc. I do parágrafo primeiro e o parágrafo segundo do mesmo artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 9º. A construção de área acima do permitido pelo Coeficiente de Aproveitamento ou da Taxa de ocupação será passível de regularização, mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado da seguinte forma, exceto nos casos descritos em parágrafos deste artigo: I - 7% (sete por cento) do resultado da multiplicação da área irregular construída pelo valor do metro quadrado do terreno, em caso de edificação situada nas zonas ZOR1A, ZERU e ZEIS; II - 15% (quinze por cento) do resultado da multiplicação da área irregular construída pelo valor do metro quadrado do terreno, em caso de edificação situada na demais zonas. § 1º. A regularização do Coeficiente de Aproveitamento das edificações de usos residencial multifamiliar, exclusivos ou não, que possuam 5 (cinco) ou mais unidades residenciais e/ou 4 (quatro) ou mais pavimentos, incluindo os pavimentos em pilotis, poderá ser efetuada mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado da seguinte forma:



I – 25% (vinte e cinco por cento) do resultado da multiplicação da área irregular construída pelo valor do metro quadrado do terreno, para todas as edificações, independente da zona onde estiver situada. Art.4º. Ficam alterados os incisos I e II do caput art.10º do Projeto de Lei nº 1776/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 10º. O não atendimento aos afastamentos frontal, laterais e de fundo mínimos será passível de regularização, mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado da seguinte forma: I - 3% (três por cento) do valor do metro quadrado do terreno, multiplicando pelo volume invadido, em metros cúbicos ou fração, a partir da limitação imposta, no caso de edificação situada nas zonas: ZOR1A, ZEIS e ZERU; II - 6% (seis por cento) do valor do metro quadrado do terreno, multiplicando pelo volume invadido, em metros cúbicos ou fração, a partir da limitação imposta, no caso de edificação situada nas demais zonas; Art.5º. Ficam alteradas as alíneas “a” e “b” do inc. II do art.11 do Projeto de Lei nº 1776/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 11º. O não atendimento à altura máxima na divisa será passível de regularização, mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado da forma seguinte: I - Quando a infração à altura máxima na divisa resultar do avanço da edificação sobre os afastamentos laterais ou de fundo, o valor será calculado na forma do art. 10 desta lei; II - Quando se tratar de muro divisório acima da altura máxima permitida, o valor será calculado pela multiplicação da área do plano vertical excedente por: a) 4% (quatro por cento) do valor do metro quadrado do terreno, no caso de edificação situada nas zonas: ZOR1A, ZEIS e ZERU. b) 7% (sete por cento) do valor do metro quadrado do



terreno, no caso de edificação situada nas demais zonas. Art.6º. Ficam alterados os incisos I e II do art.13 do Projeto de Lei nº 1776/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 13º. Para edificação construída, cuja existência não possa ser comprovada antes da vigência da Lei nº 2007/07, o não atendimento à taxa de permeabilidade será passível de regularização, devendo atender o seguinte: I - Recolhimento do valor em reais de 7% (sete por cento) do resultado da multiplicação da área permeável não atendida pelo valor do metro quadrado do terreno, no caso de edificação situada nas zonas: ZOR1A, ZEIS e ZERU; II - Recolhimento do valor em reais de 10% (dez por cento) do resultado da multiplicação da área permeável não atendida pelo valor do metro quadrado do terreno, no caso de edificação situada nas demais zonas. Art.7º. Ficam alterados os incisos I e II do art.14 do Projeto de Lei nº 1776/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 14º. O uso não conforme o zoneamento estabelecido para o terreno ou o não atendimento ao disposto para os usos permitidos com condicionante no anexo II da Lei nº 2007/07, além de atenderem ao Art. 4º, inciso VI desta Lei, serão passíveis de regularização mediante o recolhimento do valor em reais, a ser calculado da seguinte forma: I - 25% (vinte e cinco por cento) do resultado da multiplicação da área total construída pelo metro quadrado do terreno, para o uso não conforme como zoneamento; II - 25% (vinte e cinco por cento) do resultado da multiplicação da área excedente construída pelo valor do metro quadrado do terreno, para os usos permitidos com condicionantes. Art.8º. Fica alterado o caput do art.16 do Projeto de Lei nº 1776/2019, que passa a vigorar com a



seguinte redação: Art.16. A regularização das edificações deverá ser feita em até dois anos, contados da publicação da presente Lei, mediante solicitação feita pelo contribuinte que, de sua livre e espontânea vontade, denunciar a irregularidade existente no seu imóvel, podendo ser beneficiado com o parcelamento do seu débito, na forma a ser definida na regulamentação desta lei. Em 10 de março. Assinaram os vereadores Tiago Tito, Fausto Niquini e Silvânio Aguiar”. Senhor Presidente: “votação da emenda. Vereador Coxinha, o senhor vai pedir...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, uai”. Vereador Flávio de Almeida: “não pode votar a emenda não, Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, uai”. Vereador Flávio de Almeida: “não pode não”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “aí, não”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu pedi a palavra”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele vai pedir o adiamento”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “gente, ele está pedindo para pedir o adiamento”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ele já pediu, uai”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é só para formalizar, vereador”. Vereador Flávio de Almeida: “não. Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só para formalizar”. Senhor Presidente: “o senhor pediu adiamento. Já pediu da emenda também, vereador Coxinha?”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “tudo, tudo, tudo”. Vereador Flávio de Almeida: “não pode votar a emenda não, gente. Aí é brincar com o Legislativo”. Vereador Alessandro Luiz





Bonifácio: “não, não. É tudo, tudo, tudo”. Senhor Presidente: “está fora de pauta o projeto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, ele pediu adiamento, Senhor Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu pedi adiamento”. Vereador Tiago Almeida Tito: “tem que conceder o adiamento, ele só está seguindo o Regimento, gente. É só consultando a ordem”. Vereador Flávio de Almeida: “não tem que votar emenda, não”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não é votar. Ele não está falando de votar”. Senhor Presidente: “foi lida a emenda”. Vereador Flávio de Almeida: “gente, Presidente”. Senhor Presidente: “Soldado Flávio, foi lida a emenda, só isso”. Vereador Flávio de Almeida: “ah, não, é porque colocou para ser votado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele falou foi isso”. Vereador Flávio de Almeida: “colocou para ser votado. Eu ouvi, gente”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “aí já ficou dúvida nesse projeto, Álvaro”. Senhor Presidente: “simplesmente o vereador Coxinha pediu adiamento de discussão”. Vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente”. Senhor Presidente: “foi isso”. Vereador José Geraldo Guedes: “você deu a palavra para todos os vereadores, eu gostaria de...”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes. Estão nervosos, está doido, o que é isso?”. Vereador Flávio de Almeida: “não tem ninguém nervoso não, uai”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “o vereador Silvânio, eu chamei a atenção dele no dia em que ele solicitou a Audiência Pública. Naquele dia eu disse que pela pandemia, pela doença, ele não deveria ter feito isso, porque ia atrasar o processo, que todos os vereadores já conhecem esse projeto porque ele rola na Câmara



há vinte anos. Então, o que aconteceu foi o seguinte, naquele dia poderia ter sido votado, ele solicitou a Audiência Pública. Então, qual o motivo que não teve a Audiência Pública ao passar tantos meses, tanto tempo, eu quero saber por qual motivo não teve a Audiência Pública. Eu conheço esse projeto, tenho certeza absoluta de que todos os vereadores conhecem o projeto. Em minha opinião, o senhor pode consultar, já foi dado adiamento, já foi dado, pode olhar, têm as gravações, adiamento e vista nesse projeto, tenho quase certeza, noventa e nove vírgula nove por cento. Então, se já foi dado, o senhor podia paralisar a reunião e consultar se, realmente, aconteceu isso. Então, é isso que eu queria dizer, para nós não cairmos, novamente, no ridículo de um erro tão grave desse. Obrigado”. Senhor Presidente: “a segunda emenda foi retirada a pedido do vereador Wesley de Jesus”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, o vereador José Guedes, pelo o que eu percebi, ele fez uma pergunta e eu acho que, até em respeito a ele, merece uma resposta, é lógico e evidente”. Senhor Presidente: “fez pergunta? Qual a pergunta que o senhor fez, vereador?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, ele perguntou porque fez o pedido de Audiência Pública e, muito possivelmente, eu concordo com ele, ele deve querer saber porque a Audiência não foi realizada. Ele não está errado, eu acho que ele está certo. Eu posso responder?”. Senhor Presidente: “foi solicitada Audiência Pública?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: “Silvânio pediu”. Senhor Presidente: “jurídico, jurídico”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “a audiência foi pedida por mim, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “ah, verdade, é mesmo, faz sentido”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é só



para eu responder, Senhor Presidente. Vereador José Guedes e a população que, lógico e evidente, nos ouve e, com certeza, deve ter a mesma indagação que o senhor. O senhor não está errado, eu realmente pedi Audiência Pública e agora os vereadores juntaram aí, pediram que tirasse esse pedido de Audiência Pública, me convenceram que, talvez, não fosse interessante. Eu continuo achando que a Audiência seria importante para que as pessoas tivessem mais ciência do projeto. E aí, vereador José Guedes, eu vou falar mais uma vez, olha para o senhor ver que eu não estou errado com o meu pedido de Audiência Pública, muito embora eu tenha tirado. O vereador Coxinha, muito possivelmente, deve ter motivos... Presidente, garante minha fala, por favor, Presidente”. Senhor Presidente: “o senhor está com o microfone aberto, vereador”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “mas é porque alguém está falando em cima de mim, fica difícil”. Senhor Presidente: “está não, está não”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o vereador Alessandro Coxinha, muito possivelmente, deve ter alguma dúvida com relação ao projeto porque ele está pedindo, até de uma forma eloquente agora, um pedido... Primeiro, pede... Eu vou só esperar o pessoal falar”. Senhor Presidente: “continue, por favor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou só esperar falar porque senão fica difícil para quem está em casa nos entender”. Senhor Presidente: “ah, não. Está... Não tem ninguém...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu acredito que o vereador Coxinha deve ter alguma dúvida muito grande, porque um pedido de adiamento de votação serve, justamente, quando tem alguma coisa que não ficou clara e que o vereador quer entender melhor sobre ele. Isso me leva, mais uma vez, a acreditar



que o meu pedido não estava errado, muito embora o vereador Tiago Tito tenha me convencido que, com a emenda, esse projeto contemplaria a maioria, a maior parte da população. Eu acho que é um projeto extremamente complexo, cheio de pegadinha, mas eu iria votar nele. Mas reafirmo aqui, é um projeto que deixa dúvidas, senão o vereador Coxinha não estaria pedindo adiamento de votação de uma forma tão eloquente igual ele está aí, atropelando todo mundo, eu não estou entendendo o porquê”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Silvânio, me dá um aparte?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “que dia você retirou o pedido de Audiência Pública? Eu não me lembro”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “em uma última reunião em que a gente falou sobre esse projeto, vereador. Aí nós teríamos que pegar... Nós não vamos conseguir isso agora não”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, lógico. Perfeito. É porque eu me lembro de você pedindo a Audiência Pública, mas confesso que não me lembro de você pedindo para retirar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, eu entendo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, tudo bem”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “teve uma discussão desse projeto em Plenário e eles falaram que o projeto estava parado por causa de Audiência Pública, eu fiz o pedido. De qualquer maneira, se isso não aconteceu, eu acabei de fazer agora, então”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “se não aconteceu, porque eu posso ter me equivocado aqui, eu acredito que não, inclusive o Tiago Tito mesmo falou sobre isso. De qualquer maneira, se não tinha feito,



acabei de fazer”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, tudo bem. Eu só queria trazer o seguinte para a reflexão dos vereadores, esse projeto simplesmente está parado há muito tempo”. Vereador Silvânio Aguiar silva: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “está parado, não entra em pauta há muito tempo e eu estou sem entender porque hoje ele entrou, sabe? E esse projeto, tirando o Tiago que entende bem e com razão, porque inclusive, no início do mandato, se não me engano, ele tinha apresentado não sei se o mesmo ou parecido, então o Tiago entende bem”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “parecido”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “estou fazendo aqui uma justa defesa do conhecimento do Tiago em relação ao projeto. Eu não me sinto à vontade. O vereador José Guedes falou que conhece bem o projeto, talvez ele possa me ajudar e eu estou falando numa boa; tá, Zé? Talvez ele possa me ajudar porque eu não entendo tudo aqui que está sendo trazido, inclusive nessas emendas. Todos esses artigos apresentados, é um tanto de texto, mas na prática, lendo aqui, agora, eu não tenho condição de saber se é bom ou se é ruim. Entendeu?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “concordo plenamente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então, assim, não tem como votar esse projeto hoje, gente, porque ele está se arrastando desde o início do mandato e chegar na pauta hoje, lendo esse projeto, apresentando uma emenda extensa com muitas questões técnicas, eu estou falando por mim, eu não me sinto à vontade para votar esse projeto hoje”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “nem eu”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “porque, primeiro, a gente vai ter que resgatar a memória para lembrar do



assunto e, inclusive, hoje tendo lido a emenda, a gente, inclusive, conhecer com riqueza de detalhes, o que está sendo apresentado nessa emenda”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “nem eu, Álvaro. Você falou minhas palavras”. Senhor Presidente: “alguém mais quer fazer uso da palavra? Então, mais um motivo, não é, vereador Álvaro Azevedo? A gente tem mais uma semana para discussão. Eu já coloquei esse projeto umas duas, três vezes em votação, sempre tem discussão, então, mais uma semana. O que a população todo dia questionando em relação a esse projeto, eu quero deixar bem claro aqui que eu já coloquei esse projeto no meu primeiro ano de mandato como Presidente, coloquei agora no segundo, mas cheios de dúvidas nos projetos, vamos discutir mais uma semana, não é isso? Terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos”. Senhor Secretário: “existem aqui quatro requerimentos do vereador Coxinha, eu vou ler pela ordem cronológica, eu vou ler só dois”. Senhor Presidente: “por ausência de quórum legal... Um, dois... Por ausência de quórum legal, declaro encerrada a reunião. Uma boa noite a todos, fiquem com Deus. Muito obrigado”. \_\_\_\_\_